

Se estabilidade cair dirigentes vão à renúncia

AYRTON GOMES

Uma nova fórmula de protesto está sendo estudada pelos dirigentes sindicais contra a pretensão do Governo e do professor Roberto de Oliveira Campos de acabar com o instituto da estabilidade: renúncia coletiva de tódas as lideranças sindicais autênticas, com um ato público, nas escadarias do Ministério do Trabalho e Previdência Social, para a entrega das chaves dos sindicatos, federações e confederações ao ministro Peracchi Barcelos.

Essa fórmula de protesto está em estudos e será levada à execução se o ministro Roberto Campos, através do CONSPLAN, persistir na tentativa de extinção ou modificação do instituto da estabilidade, assegurado pelos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

O esquema do protesto, através da renúncia coletiva e da entrega das chaves das organizações sindicais em ato público, está tomando corpo em face da recente posição tomada pelo Conselho Consultivo da Organização Regional Internacional do Trabalho (ORIT), filiada à Organização Internacional do Trabalho, em reunião em Lima, Peru, de 10 a 14 deste mês, pelos decretos-leis que vêm sendo baixados pelo Governo, contra os interesses dos trabalhadores brasileiros.

Eis a íntegra da resolução tomada na recente reunião do Conselho Executivo da ORIT e que foi enviada ao representante daquela organização no Brasil:

"Considerando que, através de numerosas restrições de ordem econômica, social e sindical, o Governo do Brasil vem ameaçando a própria existência do movimento sindical livre e democrático da referida República irmã;

Considerando que as liberdades sindicais básicas e direitos legítimos aceitos como tais por mais de 20 anos estão sendo sistematicamente negados aos trabalhadores brasileiros, sem razões que justifiquem tais restrições;

Considerando que convênios e recomendações da Organização Internacional do Trabalho, firmados e ratificados pelo Governo do Brasil estão sendo abertamente desconhecidos, com o imediato prejuízo para os trabalhadores e suas organizações sindicais;

E seriamente preocupado pelos recentes decretos-leis promulgados pelo presidente do Brasil, de uma forma autoritária, que atenta diretamente contra o interesse dos trabalhadores portuários e outros empregados em serviços públicos, além da tentativa de extinção do instituto da estabilidade, o Conselho Executivo da ORIT, reunido na cidade de Lima, Peru, de 10 a 14 de março de 1966, resolve:

1 — protestar enérgicamente pelas medidas que o Governo do Brasil vem adotando em detrimento da liberdade sindical;

2 — Declarar-se solidariamente ao lado da classe trabalhadora daquele País irmão, agrupada em confederações, federações e sindicatos filiados à ORIT, e

3 — Através de prévia consulta e em estreita colaboração com os organismos filiados no Brasil, estudar exaustivamente a situação por que passam os trabalhadores dêsse País a fim de tomar as medidas que sejam necessárias”.

A posição tomada pelo Conselho Executivo da ORIT reflete nos países de regime democrático negativamente contra o Brasil e poderá, inclusive, impedir que entre em vigor o financiamento de US\$ 23 milhões para a construção de casas populares aos trabalhadores brasileiros. Essa situação no campo sindical, imposta pelo ministro Roberto Campos, será o tema principal da próxima reunião da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra. Críticas serão feitas ao governo brasileiro do marechal Castelo Branco pelos representantes não só dos países comunistas como das democracias, pela falta de autonomia e liberdade sindical, além dos “decretos-leis” baixados em detrimento dos trabalhadores.

OUTRAS

Continua a mobilização geral dos dirigentes sindicais para o lançamento da Frente Nacional Pela Manutenção da Estabilidade, na conferência que terá lugar, sexta-feira, no Sindicato dos Bancários. ★ Cerca de 300 dirigentes sindicais de todo o País estarão presentes na reunião em defesa da estabilidade. ★ No dia seguinte será estruturado o desenvolvimento da campanha nos Estados, enquanto será preparada a “Marcha da Estabilidade”, na Guanabara, rumo ao Ministério do Trabalho. ★ O catedrático em Direito do Trabalho, professor Evaristo de Moraes Filho, que iria pronunciar a conferência em defesa da estabilidade, não poderá comparecer à assembléia, uma vez que na mesma hora estará sendo empossado na cátedra de Sociologia da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. ★ Substituirá o professor Evaristo de Moraes Filho, possivelmente, o sr. Cesarino Júnior, catedrático em São Paulo. ★ Três decisões tomadas na assembléia dos telegráficos: repelir qualquer modificação no instituto da estabilidade, repelir a unificação da Previdência Social, e sugerir que quaisquer restrições ao direito dos trabalhadores sejam respondidas com a renúncia de tôdas as lideranças sindicais autênticas aos cargos de administração sindical. ★ Sugestão ao ministro Peracchi Barcelos: ao invés de aguardar que chegue pela via burocrática ao seu gabinete, o processo eleitoral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, requisite o processo de número 114.146/66, com recurso que invalida mais um pleito fraudulento realizado no campo sindical, com a conivência e complacência de setores do próprio Ministério do Trabalho e Previdência Social. ★ Os profissionais do peleguismo que admitiram a discussão da extinção da estabilidade, no CONSPLAN, serão considerados *personae non gratae* pelos trabalhadores de todo o País, nas assembléias que se vão realizar em defesa do instituto da estabilidade.